



- **APRESENTAÇÃO**

Os Princípios de Yogyakarta, estabelecidos em outubro de 2006 por uma comissão de especialistas convocada pelo Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, reconhecem a necessidade de proteção específica aos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais - GLBTT. Os direitos humanos, por definição, universais, não podem, segundo aquela comissão, serem apartados das condições específicas da comunidade GLBTT. As vulnerabilidades particulares a esse segmento da população tornaram premente a tarefa, empreendida em Yogyakarta, de apontar, dentro de cada direito específico, como direitos humanos são negados às minorias sexuais. Assim, os Princípios de Yogyakarta apontam o caráter multidisciplinar da proteção aos direitos humanos para a comunidade GLBTT, que deve ser necessariamente por várias entidades que lidam com os mais diversos temas do poder público.

### **CONFERÊNCIA NACIONAL**

A I Conferência Nacional GLBT, convocada em novembro de 2007, segue as linhas básicas de Yogyakarta, ao tratar da proteção dos direitos humanos da Comunidade GLBTT por múltiplos focos, descrevendo diagnósticos e prognósticos para cada área de atuação dos Ministérios federais.

### **CONFERÊNCIA ESTADUAL**

A I Conferência Estadual GLBTT de São Paulo adota a mesma perspectiva multidisciplinar, sendo ela própria um esforço de Governo, contando com várias Secretarias, entre elas, Justiça, Saúde, Educação, Cultura, Segurança Pública e Relações Institucionais, além da Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual – Cads, ligada à Prefeitura do Município de São Paulo. Mas, mais do que esforço conjunto de vários órgãos do Estado, a Comissão Organizadora da I Conferência Estadual GLBTT é produto da união entre poder público e sociedade civil. A Comissão Organizadora da I Conferência Estadual GLBTT é formada por sete (07) membros do poder público e sete (07) membros da sociedade civil, estes principalmente escolhidos do Fórum Paulista GLBTT, entidade que agrega dirigentes de diversas Organizações Não Governamentais de defesa da diversidade sexual de todo o Estado. O diálogo entre Estado e sociedade civil, é, ao mesmo tempo, meio e objetivo da Conferência em si; meio porque a participação dos movimentos sociais é imprescindível para a organização do evento, objetivo porque uma das finalidades da Conferência é a aproximação entre ambos os lados, entrosamento sem o qual é impossível sequer pensar a proteção dos direitos humanos da comunidade GLBTT.